

ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR

***CURSO DE
DIREITO EMPRESARIAL***

Volume I

**DIREITO EMPRESARIAL
– CONCEITO DE EMPRESÁRIO
– PROPRIEDADE INTELECTUAL
OU IMATERIAL
– SOCIEDADES EMPRESARIAIS**

 **MALHEIROS
EDITORES**

CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL
Volume I – Direito Empresarial – Conceito de Empresário
– Propriedade Intelectual ou Imaterial – Sociedades Empresariais
© ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa:

Criação: Vânia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

02.2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M634c Migliari Júnior, Arthur.

Curso de direito empresarial : volume I : direito empresarial, conceito de empresário, propriedade intelectual ou imaterial : sociedades empresariais / Arthur Migliari Júnior. – São Paulo : Malheiros, 2018.
320 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-392-0414-4

1. Direito empresarial - Brasil. 2. Empresários. 3. Propriedade intelectual.
4. Sociedades empresariais. I. Título.

CDU 347.7(81)

CDD 346.8107

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial : Brasil 347.7(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

Capítulo I – DIREITO EMPRESARIAL

1. Advertência ao estudioso do direito empresarial	9
2. Conceito de direito empresarial	11
3. Princípios que regem a atividade econômica	15
4. Fontes do direito empresarial	19
5. Dos usos e costumes comerciais	22
5.1 Espécies de costumes	23
5.2 Usos e costumes internacionais (“Incoterms”)	23
5.3 Prova dos usos e costumes mercantis	28

Capítulo II – O EMPRESÁRIO

1. Conceito de empresário	30
2. Da atividade empresarial	31
3. Da capacidade para ser empresário	37
4. Proibidos de comerciar (proibidos de serem empresários)	41
5. O registro do empresário	47
6. Registro de sucursal, filial ou agência	58
7. Atividades econômicas civis (não comerciais)	58
8. Empresário individual	60
9. A definição de micro e pequena empresa e o microempreendedor individual	62
10. Macroempreendedor ou empresa de grande porte	67
11. Empresário rural	68
12. Empresa individual de responsabilidade limitada/EIRELI	68
13. Do estabelecimento comercial	71
14. Do ponto comercial (ou ponto empresarial)	75
14.1 A proteção ao ponto comercial	77
15. Transferência do estabelecimento comercial (trespasse, ou traspasso ou traspasso do estabelecimento empresarial)	84
16. Do nome empresarial	90

17. Dos auxiliares (prepostos) do empresário	99
17.1 Do gerente	101
17.2 Do contador	103
17.2.1 Da escrituração contábil	105
17.3 O corretor	114
17.4 Dos comissários mercantis (comissários empresariais)	119
17.5 Do representante comercial autônomo	121
17.6 Dos despachantes	122
17.7 Do leiloeiro	123
17.8 Tradutores e intérpretes empresariais	127
17.9 Auditores independentes	129
17.10 Agentes de informação	130
 Capítulo III – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL OU IMATERIAL	132
1. Normas internacionais de propriedade intelectual	133
2. A propriedade industrial brasileira	136
2.1 Do processo de obtenção da patente de invenção	142
2.2 Formas de extinção da patente	150
2.3 Dos desenhos industriais	153
2.4 Das marcas	155
2.5 Indicações geográficas	159
2.6 Concorrência desleal	161
 Capítulo IV – SOCIEDADES EMPRESARIAIS	164
1. Das sociedades	165
2. Classificação das sociedades não empresárias	168
2.1 Em comum	168
2.2 Simples	169
2.3 Cooperativa	169
3. Classificação das sociedades empresárias	170
3.1 Da sociedade em conta de participação	171
3.2 Sociedade em nome coletivo	173
3.3 As sociedades em comandita	174
3.3.1 Sociedade em comandita simples	175
3.3.2 Sociedade em comandita por ações	176
3.4 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada	177
3.4.1 Do aumento e da redução do capital social	181
3.4.2 Da administração da sociedade por quotas limitadas	182
3.4.3 Do Conselho Fiscal	185
3.4.4 Da deliberação dos sócios	186
3.4.5 Da resolução da sociedade em relação aos sócios minoritários	189

3.5	<i>Sociedade anônima ou companhia</i>	196
3.5.1	Sociedades anônimas: noções gerais	197
3.5.2	Espécies de sociedades anônimas ou companhias ...	199
3.5.3	Forma de constituição da sociedade por ações	200
3.5.4	Da estrutura administrativa das companhias	205
3.5.5	Conselho de Administração e Diretoria	206
3.5.6	Do acionista controlador	209
3.5.7	Do Conselho Fiscal	210
3.5.8	Das Assembleias	211
3.5.8.1	Da Assembleia-Geral	212
3.5.8.2	Da Assembleia-Geral Extraordinária	222
3.5.9	Dos livros das companhias	225
3.5.10	Da auditoria externa das companhias	227
3.5.11	Dos valores mobiliários das sociedades anônimas ..	228
3.5.12	Do capital social das sociedades anônimas	229
3.5.12.1	Das ações	229
(a)	Natureza jurídica das ações	232
(b)	Divisões das ações	232
(c)	Siglas das ações	236
(d)	Certificado de ações e agente emissor	236
(e)	Negociabilidade das ações	240
(f)	Da indivisibilidade das ações	241
(g)	Da constituição de direitos reais e outros ônus	242
(h)	Resgate, amortização e reembolso de ações	242
3.5.12.2	Das partes beneficiárias	244
3.5.12.3	Das debêntures	248
(a)	Dos requisitos da emissão de debêntures	252
(b)	Da conversibilidade das debêntures ...	252
(c)	Dos direitos dos debenturistas	253
(d)	Assembleia dos debenturistas	254
(e)	Vencimento, amortização e resgate das debêntures	255
(f)	Da documentação das debêntures	255
(g)	Certificados de debêntures e sua circulação	256
(h)	Do agente fiduciário dos debenturistas	258
(i)	Cédula de debêntures	260
(j)	Emissão de debêntures no Estrangeiro	260
(k)	Extinção das debêntures	261

3.5.12.4	Dos bônus de subscrição	262
3.5.12.5	Dos papéis comerciais (“commercial papers”)	263
3.5.12.6	“Brazilian Depositary Receipts”/BDRs	264
3.5.13	Da modificação do modelo societário	265
3.5.13.1	Da “due diligence”	267
4.	Grupo econômico empresarial	269
4.1	Dos grupos econômicos de direito	270
4.1.1	Da administração do grupo econômico de direito ...	272
4.1.2	As demonstrações financeiras dos grupos econômicos de direito	272
4.1.3	Do Conselho Fiscal das filiadas nos grupos econômicos de direito	273
4.2	Dos grupos econômicos de fato	273
4.3	Do consórcio de empresas	274
5.	Da “offshore”	275
5.1	Características principais da “offshore”	277
5.2	Constituição em “paraísos fiscais”	278
5.3	A “offshore” e a escolha do “paraíso fiscal”	279
6.	“Trust”	282
6.1	A operacionalização do “trust”	285
7.	A desconsideração da personalidade jurídica da empresa	286
7.1	A desconsideração direta e a desconsideração inversa	295
7.2	Extensão da desconsideração	296
7.3	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor	301
7.4	O procedimento de desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil	305
8.	Da penhora em relação à sociedade empresária	308
	Bibliografia	315

ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR

***CURSO DE
DIREITO EMPRESARIAL***

**Volume II
CONTRATOS MERCANTIS
– DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL**

**MALHEIROS
EDITORES**

CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL
Volume II – Contratos Mercantis
– Direito Comercial Internacional

© ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa:

Criação: Vânia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

02.2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M634c Migliari Júnior, Arthur.

Curso de direito empresarial : volume II : contratos mercantis, direito comercial internacional / Arthur Migliari Júnior. – São Paulo : Malheiros, 2018.

224 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-392-0415-1

1. Direito empresarial - Brasil. 2. Contratos mercantis. 3. Direito comercial internacional. I. Título.

CDU 347.7(81)

CDD 346.8107

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial : Brasil 347.7(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1123449

SUMÁRIO

Parte I

CONTRATOS MERCANTIS

<i>Capítulo I – CONTRATOS MERCANTIS</i>	13
<i>Capítulo II – CONCEITO DE CONTRATO</i>	14
<i>Capítulo III – PRINCÍPIOS QUE REGEM OS CONTRATOS</i>	17
1. <i>Princípio da autonomia da vontade</i>	18
2. <i>Princípio da liberdade de contratar</i>	18
3. <i>Princípio da soberania do direito consumerista</i>	19
4. <i>Princípio do consensual ou do consensualismo</i>	20
5. <i>Princípio da obrigatoriedade do cumprimento do contrato</i>	20
6. <i>Princípio da função social do contrato</i>	21
7. <i>Princípio da boa-fé objetiva ou da probidade contratual</i>	22
8. <i>Princípio do equilíbrio econômico</i>	23
9. <i>Princípio da relatividade dos efeitos do contrato</i>	23
<i>Capítulo IV – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS</i>	25
1. <i>Quanto à previsão legal</i>	
1.1 <i>Típicos</i>	25
1.2 <i>Atípicos</i>	25
1.3 <i>Mistos</i>	25
2. <i>Quanto à formação</i>	
2.1 <i>Consensuais</i>	25
2.2 <i>Formais ou solenes</i>	26
2.3 <i>Reais</i>	26
3. <i>Quanto às pessoas que participam dos contratos</i>	
3.1 <i>Importância do caráter pessoal: “intuitu personae” e impes-</i> <i>soal</i>	26
3.2 <i>Qualidade dos contratantes</i>	26
3.2.1 <i>Empresariais</i>	26

3.2.2	De consumo	26
3.2.3	De trabalho	26
3.2.4	Administrativos	26
3.2.5	Privados	26
4.	<i>Quanto à estrutura do contrato</i>	
4.1	<i>Em relação aos efeitos</i>	26
4.1.1	Unilateral	26
4.1.2	Bilateral	26
4.2	<i>Em relação à onerosidade</i>	
4.2.1	Oneroso	27
4.2.1.1	Comutativo	27
4.2.1.2	Aleatório	27
4.2.2	Gratuito	27
5.	<i>De acordo com o modo de contratar</i>	
5.1	Igual, isonômico ou paritário	27
5.2	Adesivo ou de adesão	27
6.	<i>Quanto ao tempo de execução do contrato</i>	
6.1	Imediato ou instantâneo	27
6.2	Diferido	27
6.3	Sucessivo ou continuado	27
	Capítulo V – ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS DOS CONTRATOS	28
	Capítulo VI – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	29
	Capítulo VII – FORMAS DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	31
	Capítulo VIII – DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS	33
	Capítulo IX – CONTRATOS EMPRESARIAIS EM ESPÉCIE	
1.	<i>Contrato de compra e venda mercantil</i>	42
2.	<i>Contratos empresariais de aproximação e intermediação</i>	47
3.	<i>Do contrato de distribuição</i>	48
4.	<i>Contrato de agência</i>	49
5.	<i>Contrato de representação comercial autônoma</i>	53
5.1	<i>Das hipóteses de rescisão do contrato de representação comercial</i>	57
6.	<i>Contrato de concessão comercial ou mercantil</i>	58
6.1	<i>Natureza jurídica do contrato de concessão comercial</i>	60
6.2	<i>Prazo de duração do contrato de concessão comercial</i>	60
6.3	<i>Restrições do contrato de concessão comercial</i>	61
6.4	<i>Da rescisão do contrato de concessão comercial</i>	61
7.	<i>Contrato de franquia</i>	62

8. “Shopping center” ou “mall”	67
8.1 Aspecto imobiliário do “shopping center” ou “mall”	68
8.2 Aspecto mercadológico	70
8.3 Gerenciamento do “shopping center” ou “mall”	71
8.4 Associação dos lojistas do “shopping center”	72
9. Contrato de arrendamento mercantil (“leasing”)	73
9.1 História do “leasing”	73
9.2 Conceito	74
9.3 Natureza jurídica do “leasing”	76
9.4 Modalidades (espécies) de “leasing”	76
9.4.1 “Leasing” bancário (ou “financial leasing”, ou arrendamento financeiro)	76
9.4.2 “Renting”	77
9.4.3 “Leasing” operacional (ou arrendamento operacional, ou “operation leasing”)	77
9.4.4 “Self leasing”	77
9.4.5 “Lease back” ou “sale and lease back”	78
9.4.6 “Dummy corporation”	78
9.4.7 “Lease purchase”	78
10. Contrato de alienação fiduciária (Decreto-lei 911/1969)	79
11. Contrato de alienação fiduciária de imóveis (Lei 9.514/1997)	84
12. Contrato mercantil especial: “sale and lease-back”	95
13. Contrato de fomento mercantil (“factoring”)	97
13.1 “Conventional factoring”	99
13.2 “Maturity factoring”	99
14. Contrato de vender	100
15. Contrato de “engineering”	101
16. Contrato de “hedging”	103
17. Contrato de transferência de “know-how” ou transferência de tecnologia	104
18. Contrato de corretagem	105
19. Contrato de parceria comercial	106
20. Cartões magnéticos	108
20.1 Natureza jurídica das empresas emissoras dos cartões magnéticos	109
20.2 Espécies de cartões	109
20.3 Prevalência das regras do Código de Defesa do Consumidor	113
20.4 Outras obrigações decorrentes do contrato de cartão magnético	113
21. Contratos bancários	115
21.1 Abertura de conta-corrente	116

21.2	<i>Depósito bancário</i>	117
21.2.1	<i>À vista</i>	117
21.2.2	<i>Aviso prévio</i>	118
21.2.3	<i>Prazo fixo</i>	118
21.2.4	<i>Limitado</i>	118
21.2.5	<i>Sem limite</i>	118
21.2.6	<i>Popular</i>	118
21.2.7	<i>Vinculado</i>	119
21.3	<i>Operação de desconto</i>	119
21.4	<i>Operação de redesconto</i>	120
21.5	<i>Antecipação bancária</i>	120
21.6	<i>Empréstimo bancário</i>	121
21.6.1	<i>Anatocismo</i>	123
21.7	<i>Abertura de crédito bancário</i>	123
21.8	<i>Crédito documentário ou carta de crédito</i>	124
21.9	<i>Contrato de câmbio</i>	125
21.9.1	<i>Da extinção do contrato de câmbio</i>	133
21.10	<i>Dos contratos de adiantamentos de créditos</i>	134
21.11	<i>Contratos de câmbio nas operações de importação</i>	135
21.12	<i>Aditamento de crédito cambiário/ACC</i>	135
21.13	<i>Contrato de adiantamento sobre cambiais entregues/ACE</i> ..	136
21.14	<i>Contrato de câmbio na importação</i>	136

Parte II

DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL

1.	<i>O direito marítimo, o direito aeronáutico e o comércio</i>	139
2.	<i>O direito marítimo</i>	143
2.1	<i>O tribunal marítimo</i>	150
2.2	<i>A indústria naval ("shipping industry")</i>	154
2.3	<i>Conceito de navio ou embarcação</i>	154
2.4	<i>A natureza jurídica do navio mercante</i>	158
2.5	<i>Dos registros do navio</i>	159
2.6	<i>Formas de aquisição da propriedade de navio</i>	162
2.7	<i>A empresa de navegação ou empresa naval</i>	167
2.8	<i>O contrato de construção naval ("shipbuilding contracts")</i> ..	168
2.9	<i>Do armador de navios ("ship owning")</i>	170
2.10	<i>Os tripulantes do navio</i>	172
2.11	<i>Do práctico</i>	176
2.12	<i>Do reboque marítimo</i>	178
2.13	<i>Dos auxiliares da indústria naval</i>	179

2.14	<i>A navegação</i>	180
2.15	<i>Dos livros e documentos do navio mercante</i>	183
2.16	<i>O direito marítimo e as normas processuais civis</i>	186
2.17	<i>Das avarias</i>	187
2.18	<i>Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo</i>	193
3.	O direito aeronáutico	195
3.1	<i>Das aeronaves</i>	199
3.2	<i>Da propriedade da aeronave</i>	201
3.3	<i>Da constituição de ônus na aeronave</i>	204
3.4	<i>Do contrato de fretamento de aeronave</i>	207
3.5	<i>Da tripulação da aeronave</i>	208
3.5.1	<i>Do comandante da aeronave</i>	208
3.6	<i>Dos serviços aéreos</i>	210
3.7	<i>Do contrato de transporte aéreo</i>	212
3.7.1	<i>Do transporte aéreo de passageiros</i>	213
3.7.2	<i>Do transporte aéreo de cargas</i>	215
3.8	<i>Dos prazos prescricionais referentes ao transporte aéreo</i>	217
3.9	<i>Regras comuns aos direitos marítimo e aeronáutico</i>	218
	Bibliografia	221

ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR

***CURSO DE
DIREITO EMPRESARIAL***

**Volume III
TÍTULOS DE CRÉDITO**

**≡≡ MALHEIROS
≡≡ EDITORES**

CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL
Volume III
Títulos de Crédito

© ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa:

Criação: Vânia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

02.2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M634c Migliari Júnior, Arthur.
Curso de direito empresarial : volume III : títulos de crédito / Arthur
Migliari Júnior. – São Paulo : Malheiros, 2018.
176 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-392-0416-8

1. Direito empresarial - Brasil. 2. Títulos de crédito. I. Título.

CDU 347.7(81)

CDD 346.8107

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial : Brasil 347.7(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1123449

SUMÁRIO

Parte I TÍTULOS DE CRÉDITO

Capítulo I – TÍTULOS DE CRÉDITO

1. Conceito de crédito	11
2. Características ou princípios aplicados a todos os títulos de crédito	14
3. Inoponibilidade das exceções pessoais	16
4. Teorias sobre os títulos de crédito	16
4.1 Teoria adotada pelo Direito Brasileiro	18
5. Classificação dos títulos de crédito	19
5.1 Quanto ao negócio de origem	19
5.2 Quanto à circulação	20
5.3 Quanto ao modelo	22
5.4 Quanto à tipicidade	22
5.5 Quanto ao emissor ou emitente	22
6. Estrutura formal dos títulos de crédito	23
6.1 Ordem de pagamento	23
6.2 Promessa de pagamento	23
7. Dos atos cambiários	24
8. Os títulos de crédito em relação ao direito falencial e/ou recuperacional brasileiro	27
9. Dos títulos de crédito eletrônicos	29
9.1 Histórico	30
9.2 Boleto bancário	36
9.2.1 Elementos do boleto ou bloqueto de cobrança	
9.2.1.1 Sacador ou instituição financeira	37
9.2.1.2 Cedente ou contratante	37
9.2.1.3 Sacado ou contratado	38
9.2.1.4 Valor do documento	38

9.2.1.5	Data de vencimento	38
9.2.1.6	Código de barras	38
9.2.2	Natureza jurídica dos boletos bancários	40
9.2.3	O protesto do boleto bancário	41

Parte II

TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE

<i>Capítulo II – A LETRA DE CÂMBIO</i>	45
1. <i>Breve história da letra de câmbio</i>	46
2. <i>Requisitos legais</i>	46
3. <i>Do vencimento da letra de câmbio</i>	47
4. <i>Do aceite da letra de câmbio</i>	48
5. <i>Do endosso da letra de câmbio</i>	51
6. <i>Do aval da letra de câmbio</i>	53
7. <i>Pagamento da letra de câmbio</i>	55
8. <i>Protesto da letra de câmbio</i>	56
9. <i>Da intervenção em letras de câmbio</i>	62
10. <i>Da execução cambial</i>	62
11. <i>Da prescrição da ação cambial</i>	63
<i>Capítulo III – A NOTA PROMISSÓRIA</i>	
1. <i>Conceito</i>	64
1.1 <i>Da prescrição</i>	67
<i>Capítulo IV – O CHEQUE</i>	68
1. <i>Requisitos do cheque</i>	70
2. <i>Tipos ou modalidades de cheques</i>	71
3. <i>Cheques pós-datados (ou pré-datados)</i>	72
4. <i>Cheque cruzado</i>	73
5. <i>Cheque visado</i>	74
6. <i>Cheque para ser levado em conta</i>	75
7. <i>Cheque administrativo</i>	76
8. <i>Cheque especial</i>	76
9. <i>Cheque de viagem (“traveller check”)</i>	77
10. <i>Pluralidade de exemplares de cheques</i>	78
11. <i>Do endosso do cheque</i>	78
12. <i>Da perda do cheque e suas consequências</i>	82
13. <i>Do aval do cheque</i>	82
14. <i>Do prazo de apresentação do cheque</i>	84
15. <i>Do pagamento de cheque falso ou falsificado</i>	87

16. Do protesto do cheque	88
17. Cobrança por falta de pagamento do cheque	90
18. Da prescrição do direito de execução do cheque	92
19. Dos aspectos penais no pagamento por meio de cheque	94
Capítulo V – A DUPLICATA	95
1. Requisitos legais	98
2. Formalização do aceite na duplicata	99
3. Da recusa ou negativa de aceite da duplicata	100
4. Do endosso e do aval da duplicata	101
5. Do vencimento da duplicata	101
6. Pagamento da duplicata	102
7. Protesto da duplicata	102
8. Do protesto indevido e indenização	103
9. Do processo de cobrança da duplicata	104
10. Da prescrição da ação cambial	105
11. Da escrituração especial da Lei 5.474/1968	106
12. Outras ações para recebimento da duplicata	106
13. Da triplicata	107
14. Duplicata de prestação de serviços	107
15. Duplicata eletrônica ou virtual	109
Capítulo VI – OS TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL	110
1. Duplicata rural	112
2. Nota promissória rural	113
3. Cédula de crédito rural	114
4. Cédula de produto rural	117
4.1 Instituição das garantias da cédula rural	119
5. Nota de crédito rural	121
6. Da ação de cobrança dos títulos de crédito rural	121
Capítulo VII – OS TÍTULOS REPRESENTATIVOS	123
1. Conhecimento de depósito e “warrant”	124
1.1 Do endosso do “warrant”	126
1.2 Do endosso do conhecimento de depósito	127
1.3 Do resgate das mercadorias/bens	127
1.4 Inadimplência do “warrant”	128
1.5 Extravio ou destruição dos títulos	131
2. Conhecimento de depósito agropecuário e “warrant” agropecuário	133
3. Conhecimento de transporte	137
4. Conhecimento de freteamento marítimo	140

5. Conhecimento de fretamento aéreo	143
6. Dos títulos de crédito imobiliários	145
6.1 Das letras imobiliárias (Lei 4.380/1964)	146
6.2 Das cédulas hipotecárias (Decreto-lei 70/1966)	149
(a) Da liquidação da cédula hipotecária	153
(b) Inadimplemento da cédula hipotecária	154
(c) Implicação penal da emissão irregular de cédula hipotecária	155
6.3 Das letras hipotecárias (Lei 7.684/1988)	155
6.4 Das letras de crédito imobiliário (Lei 10.931/2004)	157
6.5 Das cédulas de crédito imobiliário (Lei 10.931/2004)	159
6.6 Certificados de recebíveis imobiliários	163
6.7 Cédulas de crédito bancário	166
Bibliografia	174